Notícias do dia 18 de março

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Reação - XADREZ

VENCESLAU PIMENTEL

Entidades que representam os tribunais de Contas, incluindo o de Goiás, não gostaram da declaração do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que o controle do TCU sobre a União é severo, e que o mesmo não acontece nos tribunais em relação aos Estados.

Site: http://flip.ohoje.com/public/impresso/5241/5241.pdf

MP pede bloqueio de R$ 57 milhões de ex-presidente da Agetop Jaime Rincón e ex-servidores

O Ministério Público de **Goiás** pediu o bloqueio de R$ 57 milhões dos ex-gestores da então Agência Goiana de Transporte Obras Públicas (Agetop), hoje Goinfra, por supostas irregularidades em obra de asfaltamento na GO-517 - entroncamento da GO-517, entre Água Fria de **Goiás** e Mimoso de **Goiás**. A promotoria entrou com ação civil pública por ato de improbidade administrativa com pedido de ressarcimento ao erário e declaratória de nulidade de ato jurídico.

Segundo o órgão, aditivos modificaram o projeto, gerando acréscimo de 88% no contrato original. Com isso, o MP-GO acionou o ex-presidente Jayme Eduardo Rincón; bem como outros três ex-servidores. E, ainda, o empresário Carlos Eduardo Pereira da Costa e a Terra Forte Construtora Ltda., que está recuperação judicial. Destaca-se que, dos R$ 57.456.947,12 que entraram no pedido de bloquei, metade é a título de dano ao erário e a outra parte multa civil. O requerimento, então, pede a bloqueio em contas bancárias, aplicações financeiras, bem como bens imóveis e veículos.

Por nota, a defesa de Jayme Rincón informou que o projeto executivo da obra estava pronto desde antes da entrada dele e que a empresa chegou a ser dispensada pela Agetop, mas retornou após decisão da justiça. Além disso, o contrato (e alterações) foi chancelado pelo BNDES. Confira mais detalhes no fim da matéria .

Caso

Segundo as promotoras Leila Maria de Oliveira e Carmem Lúcia Santana de Freitas , em 28 de junho de 2013, a Agetop celebrou contrato com a Terra Forte para obras de terraplanagem e pavimentação asfáltica da GO-230, no valor de R$ 56.965.464,29. Neste, elas explicam, tiveram 34 medições, 5 ordens de paralisação, 4 aditivos de prazo, 5 reajustes e 2 aditivos de supressão ou acréscimo de serviços.

Sobre um destes, as promotoras, relatam que, em abril de 2016, foi pedido o 2º Termo Aditivo. O intuito era modificar a geometria do traçado, quantitativo de terraplanagem, pavimentação, drenagem e obras de arte complementares e especiais. O impacto foi de R$ 13.090.225,43 (23,27% de acréscimo do contrato). Porém, a Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) identificou inconformidades no projeto com a planilha orçamentária e medições e o Tribunal de Consta do Estado (**TCE**), em novembro de 2019, determinou a instauração de tomada de contas especial.

Além disso, segundo as promotoras, houve uma rescisão de contrato com Terra Forte, por estar em recuperação judicial e incapaz de assumir a obra, mas esta foi anulada em 2018 por Jayme Rincon , após parecer da área jurídica da Agetop. "O encadeamento dos fatos, sobretudo em vista dos pronunciamentos efetuados pela **CGE** quanto às diversas irregularidades verificadas na obra até aquele momento, deixa claro que os ex-gestores da antiga Agetop, junto à empresa Terra Forte Construtora, uniram-se, com consciência e vontade, para que esta retomasse a execução contratual e, assim, pudessem seguir perpetrando atos ímprobos."

Desta forma, elas apontam que as alterações no projeto original, somadas às outras modificações promovidas até a terceira readequação do projeto, chegam a 88,60% de impacto financeiro em relação ao primeiro contrato. Segundo elas, tiveram tantas modificações na terraplanagem, pavimentação, drenagem, mudança de traçado, uso de material de 2ª e 3ª categoria, acréscimo de 3ª faixa, inclusão de acesso ao Distrito de Mato Seco, que o projeto original se viu descaracterizado e com superfaturamento na obra.

Posicionamentos

Por meio de nota, os advogados de Rincón, Luís Alexandre Rassi e Romero Ferraz Filho , disseram que o ex-presidente recebeu a ação com estranheza, uma vez que prestou todos os esclarecimentos ao MP, "onde ficou absolutamente claro que não havia nenhuma irregularidade na licitação, contratação e execução dessa obra". Ainda segundo a defesa, "quando assumiu a Agetop em 2011 o projeto executivo dessa obra já se encontrava pronto e recebido pela gestão anterior. A licitação feita pela gestão de Jayme Rincón foi realizada obedecendo rigorosamente a legislação, não sendo objeto de nenhuma contestação e vencida pela Terra Forte com desconto superior a 18%".

O texto informa, ainda, que a empresa executou a obra conforme contrato chancelado pelo BNDES. "Na execução, verificou-se que no projeto inicial havia um trecho com sérios riscos de acidentes. Esse fato foi constatado pelos técnicos do BNDES, agente financiador da obra, que a fiscalizava frequentemente, e ainda, o mesmo que recomendou e aprovou a readequação do projeto para que se adequasse as normas de segurança."

Também na nota, os advogados informam o contrato foi rescindido pela presidência da Agetop durante a execução, sendo o segundo colocado chamado na licitação, mas este não se interessou, o que motivou o chamamento do terceiro para retomar e finalizar o trabalho. Contudo, "a Terra Forte foi reconduzida a execução da obra por meio de decisão judicial. Por óbvio, a Agência a cumpriu imediatamente".

O portal tenta contato com a Terra Forte Construtora Ltda. , mas sem sucesso. O espaço permanece aberto.

Nota completa da defesa de Rincón:

Site: https://www.emaisgoias.com.br/mp-pede-bloqueio-de-r-57-milhoes-de-ex-presidente-da-agetop-jaime-rincon-e-ex-servidores/

A Orquestra do Coração do Brasil": Caiado investe no setor cultural e libera R$ 1,1 milhão para Filarmônica de Goiás

Considerada uma das três melhores orquestras do país, a Filarmônica de **Goiás** segue como prioridade para o Governo do Estado. Por meio da Secretaria de Cultura, o governador Ronaldo Caiado liberou, em meados de março, R$ 1,1 milhão, que será distribuído em seis parcelas a serem pagas de janeiro até junho. A verba contemplará o projeto "Filarmônica de **Goiás** - A Orquestra do Coração do Brasil - 41 anos tocando o coração das pessoas".

De acordo com o cronograma de pagamento, os músicos têm acesso ao dinheiro após fornecerem a prestação de contas. Até o momento, os artistas receberam em fevereiro o pagamento referente ao mês de janeiro. O repasse está em dia.

A preocupação do Executivo com o setor cultural não é de agora. Em dezembro do ano passado, sob determinação do governador, foram recontratados, pelo prazo de seis meses, os 49 músicos da Orquestra Filarmônica de **Goiás** que haviam sido dispensados. A medida foi um projeto emergencial para resolver o impasse gerado com a exoneração dos profissionais, recomendada pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) em outubro.

Com a ação, o governo estadual garantiu os postos de trabalho dos artistas até que seja finalizado o processo para contratar uma organização social (OS) que realizará a gestão do corpo sinfônico.

A Orquestra também foi beneficiada com a ordem de pagamento, assinada por Caiado em fevereiro deste ano, no valor de R$ 2,561 milhões, oriundos do Fundo de Arte e Cultura do Estado de **Goiás** (Fundo Cultural), referente a débitos atrasados de 2018. Por meio do instituto que era responsável pelos músicos naquele ano, a Filarmônica recebeu R$ 1.247.449,10.

Espaços Culturais

Preocupado com as consequências econômicas ocasionadas pela pandemia da Covid-19, Caiado também determinou o lançamento de edital de Chamamento para Dinamização de Espaços de Cultura do Fundo Cultural de **Goiás**. Ele autorizou a destinação de R$ 2 milhões da Lei Orçamentária Anual da Secult para apoiar locais privados ou municipais que promovam atividades culturais, bem como geração de renda aos trabalhadores da cultura.

De acordo com o secretário interino da Secult, César Moura, os editais foram pensados a partir das diversas reuniões com representantes do segmento e visa ser mais uma via de apoio no enfrentamento à atual crise sanitária enfrentada em todo o mundo. "Com os espaços sem poder receber público, é preciso garantir a subsistência das famílias que dependem desses postos de trabalho", ressalta. A previsão é de que sejam mantidos 1.050 empregos diretos com esta ação do Governo de **Goiás**.

As inscrições, que devem ser abertas ainda este mês, serão pela plataforma Mapa Goiano. A Secult fará a divulgação dos prazos e disponibilizará as demais informações em suas redes sociais, site institucional e por meio da imprensa.

Funcionamento

Serão destinados R$ 1,250 milhão para contemplar mais de 50 espaços como teatros, galerias de arte, cinemas, centros culturais, entidades culturais cineclubes e pontos de cultura privados (com ou sem fins lucrativos), ou públicos - ligados às prefeituras do interior goiano. Aos espaços públicos municipais, será

reservada cota preferencial de 50%. A estimativa é de que pelo menos 600 empregos diretos serão beneficiados com os recursos; dentre eles, equipe de apoio às atividades artísticas.

Os R$ 750 mil restantes serão aplicados em nove projetos que visem apoiar eventos e festivais culturais produzidos para a internet nas áreas do circo, dança, artes visuais, música, teatro, letras e cinema. A previsão é de que pelo menos 450 empregos diretos sejam contemplados com os recursos. Também haverá cota preferencial de 50% para projetos municipais, voltados ao fomento no interior goiano.

Site: https://www.dm.jor.br/cultura/2021/03/a-orquestra-do-coracao-do-brasil-caiado-investe-no-setor-cultural-e-libera-r-11-milhao-para-filarmonica-de-goias/

Filarmônica de Goiás recebe R$ 1,1 milhão de investimento

Márcia Fabiana

Considerada uma das três melhores orquestras do país, a Filarmônica de **Goiás** segue como prioridade para o Governo do Estado. Por meio da Secretaria de Cultura, o governador Ronaldo Caiado liberou, em meados de março, R$ 1,1 milhão, que será distribuído em seis parcelas a serem pagas de janeiro até junho. A verba contemplará o projeto "Filarmônica de **Goiás** - A Orquestra do Coração do Brasil - 41 anos tocando o coração das pessoas".

De acordo com o cronograma de pagamento, os músicos têm acesso ao dinheiro após fornecerem a prestação de contas. Até o momento, os artistas receberam em fevereiro o pagamento referente ao mês de janeiro. O repasse está em dia.

A preocupação do Executivo com o setor cultural não é de agora. Em dezembro do ano passado, sob determinação do governador, foram recontratados, pelo prazo de seis meses, os 49 músicos da Orquestra Filarmônica de **Goiás** que haviam sido dispensados. A medida foi um projeto emergencial para resolver o impasse gerado com a exoneração dos profissionais, recomendada pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) em outubro.

Com a ação, o governo estadual garantiu os postos de trabalho dos artistas até que seja finalizado o processo para contratar uma organização social (OS) que realizará a gestão do corpo sinfônico.

A Orquestra também foi beneficiada com a ordem de pagamento, assinada por Caiado em fevereiro deste ano, no valor de R$ 2,561 milhões, oriundos do Fundo de Arte e Cultura do Estado de **Goiás** (Fundo Cultural), referente a débitos atrasados de 2018. Por meio do instituto que era responsável pelos músicos naquele ano, a Filarmônica recebeu R$ 1.247.449,10.

Espaços Culturais

Preocupado com as consequências econômicas ocasionadas pela pandemia da Covid-19, Caiado também determinou o lançamento de edital de Chamamento para Dinamização de Espaços de Cultura do Fundo Cultural de **Goiás**. Ele autorizou a destinação de R$ 2 milhões da Lei Orçamentária Anual da Secult para apoiar locais privados ou municipais que promovam atividades culturais, bem como geração de renda aos trabalhadores da cultura.

De acordo com o secretário interino da Secult, César Moura, os editais foram pensados a partir das diversas reuniões com representantes do segmento e visa ser mais uma via de apoio no enfrentamento à atual crise sanitária enfrentada em todo o mundo. "Com os espaços sem poder receber público, é preciso garantir a subsistência das famílias que dependem desses postos de trabalho", ressalta. A previsão é de que sejam mantidos 1.050 empregos diretos com esta ação do Governo de **Goiás**.

As inscrições, que devem ser abertas ainda este mês, serão pela plataforma Mapa Goiano. A Secult fará a divulgação dos prazos e disponibilizará as demais informações em suas redes sociais, site institucional e por meio da imprensa.

Funcionamento

Serão destinados R$ 1,250 milhão para contemplar mais de 50 espaços como teatros, galerias de arte, cinemas, centros culturais, entidades culturais cineclubes e pontos de cultura privados (com ou sem fins lucrativos), ou públicos - ligados às prefeituras do interior goiano. Aos espaços públicos municipais, será reservada cota preferencial de 50%. A estimativa é de que pelo menos 600 empregos diretos serão

beneficiados com os recursos; dentre eles, equipe de apoio às atividades artísticas.

Os R$ 750 mil restantes serão aplicados em nove projetos que visem apoiar eventos e festivais culturais produzidos para a internet nas áreas do circo, dança, artes visuais, música, teatro, letras e cinema. A previsão é de que pelo menos 450 empregos diretos sejam contemplados com os recursos. Também haverá cota preferencial de 50% para projetos municipais, voltados ao fomento no interior goiano.

Site: https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/2705-filarmonica-de-goias-recebe-r-11-milhao-de-investimento

"A Orquestra do Coração do Brasil": Caiado investe no setor cultural e libera R$ 1,1 milhão para Filarmônica de Goiás

Considerada uma das três melhores orquestras do país, a Filarmônica de **Goiás** segue como prioridade para o Governo do Estado. Por meio da Secretaria de Cultura, o governador Ronaldo Caiado liberou, em meados de março, R$ 1,1 milhão, que será distribuído em seis parcelas a serem pagas de janeiro até junho. A verba contemplará o projeto "Filarmônica de **Goiás** - A Orquestra do Coração do Brasil - 41 anos tocando o coração das pessoas".

De acordo com o cronograma de pagamento, os músicos têm acesso ao dinheiro após fornecerem a prestação de contas. Até o momento, os artistas receberam em fevereiro o pagamento referente ao mês de janeiro. O repasse está em dia.

A preocupação do Executivo com o setor cultural não é de agora. Em dezembro do ano passado, sob determinação do governador, foram recontratados, pelo prazo de seis meses, os 49 músicos da Orquestra Filarmônica de **Goiás** que haviam sido dispensados. A medida foi um projeto emergencial para resolver o impasse gerado com a exoneração dos profissionais, recomendada pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) em outubro.

Com a ação, o governo estadual garantiu os postos de trabalho dos artistas até que seja finalizado o processo para contratar uma organização social (OS) que realizará a gestão do corpo sinfônico.

A Orquestra também foi beneficiada com a ordem de pagamento, assinada por Caiado em fevereiro deste ano, no valor de R$ 2,561 milhões, oriundos do Fundo de Arte e Cultura do Estado de **Goiás** (Fundo Cultural), referente a débitos atrasados de 2018. Por meio do instituto que era responsável pelos músicos naquele ano, a Filarmônica recebeu R$ 1.247.449,10.

Espaços Culturais

Preocupado com as consequências econômicas ocasionadas pela pandemia da Covid-19, Caiado também determinou o lançamento de edital de Chamamento para Dinamização de Espaços de Cultura do Fundo Cultural de **Goiás**. Ele autorizou a destinação de R$ 2 milhões da Lei Orçamentária Anual da Secult para apoiar locais privados ou municipais que promovam atividades culturais, bem como geração de renda aos trabalhadores da cultura.

De acordo com o secretário interino da Secult, César Moura, os editais foram pensados a partir das diversas reuniões com representantes do segmento e visa ser mais uma via de apoio no enfrentamento à atual crise sanitária enfrentada em todo o mundo. "Com os espaços sem poder receber público, é preciso garantir a subsistência das famílias que dependem desses postos de trabalho", ressalta. A previsão é de que sejam mantidos 1.050 empregos diretos com esta ação do Governo de **Goiás**.

As inscrições, que devem ser abertas ainda este mês, serão pela plataforma Mapa Goiano. A Secult fará a divulgação dos prazos e disponibilizará as demais informações em suas redes sociais, site institucional e por meio da imprensa.

Funcionamento

Serão destinados R$ 1,250 milhão para contemplar mais de 50 espaços como teatros, galerias de arte, cinemas, centros culturais, entidades culturais cineclubes e pontos de cultura privados (com ou sem fins lucrativos), ou públicos - ligados às prefeituras do interior goiano. Aos espaços públicos municipais, será

reservada cota preferencial de 50%. A estimativa é de que pelo menos 600 empregos diretos serão beneficiados com os recursos; dentre eles, equipe de apoio às atividades artísticas.

Os R$ 750 mil restantes serão aplicados em nove projetos que visem apoiar eventos e festivais culturais produzidos para a internet nas áreas do circo, dança, artes visuais, música, teatro, letras e cinema. A previsão é de que pelo menos 450 empregos diretos sejam contemplados com os recursos. Também haverá cota preferencial de 50% para projetos municipais, voltados ao fomento no interior goiano.

Fotos: Lucas Diener

Site: https://diariodeaparecida.com.br/a-orquestra-do-coracao-do-brasil-caiado-investe-no-setor-cultural-e-liberar-11-milhao-para-filarmonica-de-goias/

Alego delibera sobre projeto que propõe alterações no quadro de pessoal do TCE

A **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**) vai deliberar sobre o projeto de lei nº 4047/21, do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), que altera a Lei Estadual nº 15.122, de 04 de fevereiro de 2005. O objetivo é promover alterações no quadro funcional do **TCE**.

Em justificativa encaminhada a **Alego**, o presidente do **TCE**, Edson José Ferrari, coloca que "essa alteração legislativa refere-se à reorganização e reestruturação do seu quadro de pessoal, com a extinção de alguns cargos de provimento efetivo, que encontram-se vagos, concomitantemente à criação de outros de natureza comissionada, bem como a criação de gratificações de função a serem atribuídas aos titulares da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria-Geral, da Ouvidora, da Escola Superior de Controle Externo e, também, das Presidências da 1ª e 2ª Câmaras do Tribunal de Contas, inclusive, da Procuradoria-Geral de Contas".

E acrescenta que a medida tem por finalidade incrementar a efetividade da prestação de serviços de fiscalização e controle com a reorganização do quadro funcional e a atribuição de funções administrativas. Em tramitação na Comissão Mista, a matéria está com vista aos deputados: Delegado Eduardo Prado (DC), Karlos Cabral (PDT), Delegada Adriana Accorsi (PT) e Helio de Sousa (PSDB).

Site: https://www.bombabomba.com.br/politica-go/alego-delibera-sobre-projeto-que-propoe-alteracoes-no-quadro-de-pessoal-do-tce/

Projeto que altera lei de criação da Ouvidoria e da Escola Superior de Controle Externo no TCE-GO é aprovado em 1ª votação

Por 21 votos a 0, os deputados aprovaram, em primeira votação, o processo nº 4048/21 , de autoria doTribunal de Contas do Estado (**TCE**-GO), que altera a Lei Estadual nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007, no que tange à criação da Ouvidoria e da Escola Superior de Controle Externo (Escoex), na estrutura orgânica do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. Esta matéria recebeu aditamento através do projeto nº 4274/21 .

Site: https://www.bombabomba.com.br/politica-go/projeto-que-altera-lei-de-criacao-da-ouvidoria-e-da-escola-superior-de-controle-externo-no-tce-go-e-aprovado-em-1a-votacao/

Assembleia aprova em 1ª fase matérias da convocação extra

Em tarde de intensas discussões sobre a pandemia e a compra de vacinas contra a covid-19, os deputados estaduais, em sessão extraordinária remota, aprovaram nessa quinta-feira, 18, durante a apreciação da Ordem do Dia, 16 projetos de lei, sendo: cinco da Governadoria do Estado, em segunda fase de discussão e votação, três em primeira fase e um decreto legislativo em fase única; e ainda cinco processos de deputados estaduais, também em fase final de apreciação e mais dois do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), em primeira fase.

Dentre as matérias aprovadas em primeira votação, está a de nº 4367/21 , que autoriza o Governo a celebrar com a União contrato de confissão e refinanciamento de dívidas, sob o amparo da Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021. A proposta é de iniciativa da Secretaria de Estado da Economia e foi aprovada com 23 votos favoráveis.

Pelo texto do projeto, a pretensão autoriza a União a celebrar com os estados, no prazo de 90 dias, contados a partir de 14 de janeiro ou da data de homologação da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que ocorrer por último, contratos específicos, com prazo de 360 meses, para refinanciar os valores devidos em decorrência de decisões judiciais oriundas de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 2019.

Conforme destacado pela Secretaria de Estado da Economia, o refinanciamento além de possibilitar a regularização das dívidas, amplia o prazo dos contratos para 360 meses, com a taxa de 4% ao ano. "Dessa forma, suaviza os desembolsos mensais do Estado com o pagamento dessas obrigações", explica o ofício encaminhado pelo Governo do Estado. Como a matéria foi aprovada em primeira fase, ela precisa ser aprovada em mais uma etapa de votação do Plenário para que esteja apta a ser sancionada pelo governador Ronaldo Caiado (DEM).

O projeto protocolado sob nº 4232/21 , enviado pelo Governo de **Goiás**, que altera Lei nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, que trata do Produzir e Funproduzir, foi aprovado pelo Plenário também em primeira votação com um placar de 22 votos a 0. Mais cedo, outro projeto que trata do mesmo tema também foi aprovado em Plenário, o de nº 1870/21 .

De acordo com a Secretaria de Economia, a proposta tem finalidade proteger a indústria e o produtor goianos da concorrência de produtos estrangeiros. A proposta cria restrição do âmbito de incidência do benefício fiscal do Produzir quanto aos débitos de ICMS devidos na importação de matéria-prima, material secundário ou de acondicionamento, na situação em que tais itens também sejam produzidos em **Goiás**.

Entre os processos aprovados em segunda votação, está o projeto de nº 1868/21 . A matéria institui o Sistema de Artesanato de **Goiás** (SAG) e o Conselho do Artesanato de **Goiás** (Conart-Go), e cria o Selo do Artesanato de **Goiás**. O placar da votação foi de 24 votos a 0.

Os parlamentares também aprovaram a matéria de nº 3416/21 , de autoria do presidente do Legislativo goiano, deputado Lissauer Vieira (PSB). A votação, que foi realizada em segunda fase, teve o seguinte placar: 23 votos a 0. A propositura agora está apta a ser sancionada pelo governador Ronaldo Caiado.

A matéria propõe estadualizar o trecho rodoviário municipal que liga Acreúna à GO-333, com extensão de 22,05 quilômetros até Paraúna. A estadualização foi autorizada pelas Leis Municipais nº 1.655, de 19 de abril de 2013, do município de Acreúna, e nº 2.320, de 15 de outubro de 2020, do município de Paraúna. Até que se proceda a transferência de domínio do trecho de rodovia, ficam os respectivos municípios responsáveis por sua manutenção e conservação.

Por fim, foi aprovado, em segunda votação, por 26 votos a 0, o projeto de resolução da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa que denomina de "Palácio Maguito Vilela" a nova sede da **Alego**, em construção no

Park Lozandes, em **Goiânia**. A matéria se encontra protocolada sob o nº 3571/21.

A justificativa da proposta defende que se trata de uma justa e merecida homenagem a Luiz Alberto Maguito Vilela, "um grande líder e referência na política brasileira e goiana", que morreu no dia 13 de janeiro desse ano. Ele foi vereador, prefeito, governador, senador, deputado estadual e deputado federal. Maguito foi escolhido candidato pelo MDB e eleito prefeito de **Goiânia** no segundo turno da eleição, em 29 de novembro de 2020, com 52,6% dos votos válidos.

Discussões

Durante a apreciação da Ordem do Dia diversos deputados pediram a palavra para discutir as matérias em pauta, como é praxe, mas na tarde de hoje, o futuro do estado de **Goiás** em relação a pandemia e a vacinação contra covid-19, dominou os assuntos.

O deputado Henrique Arantes (MDB), por exemplo, defendeu que o Executivo utilize a estrutura da Iquego para produzir o imunizante, o que poderia ser viabilizado por meio de parcerias com instituições como a Universidade Federal de **Goiás**, e pela contratação de cientistas e profissionais gabaritados. "O Governo pode utilizar o dinheiro que liberamos para a compra de vacinas ou do Fundo de Pesquisas", disse.

Arantes afirmou também que não adianta culpar doentes vindos de Manaus para serem tratados em **Goiânia** por uma possível contaminação com a nova cepa do vírus surgida naquela cidade. "Neste momento temos de ver que tudo é integrado. Um eleitor meu de Mairopotaba me disse que um caminhoneiro da cidade está contaminado com a nova variante depois de ter ido a Manaus".

Na mesma esteira, a deputada Delegada Adriana Accorsi (PT) saiu em defesa do requerimento apresentado pelo colega de Parlamento, deputado Coronel Adailton (PP), que prevê vacinação prioritária aos profissionais da Segurança Pública. "Nossos colegas estão morrendo. O trabalho da Segurança é de contato. Portanto, temos que vacinar urgentemente esses trabalhadores", disse.

Aproveitou também para reforçar a necessidade da compra em massa de novas doses para que toda a população possa ser imunizada. "Todos os países empenharam esforços desde o início da pandemia para buscar vacinas", rememorou. E defendeu, ainda, o discurso de Talles Barreto (PSDB) no sentido do Estado buscar, através da Iquego, desenvolver suas próprias vacinas. "Creio que Estado de **Goiás** tenha total condição de desenvolver seus imunizantes. No entanto, reforço que é urgente a compra das vacinas que já temos no mercado".

"Ontem recebemos mais de 134 mil doses da vacina, mas isso é ínfimo. Estamos vendo todos os dias jovens e crianças morrendo, não há mais vagas nas UTIs. Minha fala é por toda a população de **Goiás**, que segue angustiada diante dessa situação", finalizou.

Por fim, a deputada aproveitou também para reiterar a necessidade da aprovação de uma proposta apresentada por ela durante a tarde de hoje. A matéria em questão cria um auxílio emergencial destinado exclusivamente aos pequenos empresários e empreendedores, como dono de Pit Dogs e de bancas em feiras livres, por exemplo.

Também preocupado com a progressão da pandemia, o deputado Tales Barreto (PSDB) Foi outro que reforçou que **Goiás** tem uma estrutura enorme e fantástica como a Iquego, referência no país como produtora do coquetel da AIDS, e que poderia, num futuro próximo, produzir vacina para o Estado e para o Brasil. "Porque o Governo não faz um estudo, não começa a fazer avanços em tecnologia e ciências no estado? Três universidades federais no País estão avançadas em relação à vacina. Porque não podemos trabalhar nesse sentido? Eu não entendo" disse Talles.

Resposta do presidente

Diante desses questionamentos o presidente do Legislativo goiano, deputado Lissauer Vieira (PSB), elencou algumas ações que o Governo estadual tem feito para comprar vacinas contra a covid-19. "Houve uma videoconferência com o grupo "Unidos pela Vacina", liderado pela empresária Luiza Trajano, que faz levantamento sobre isso no Brasil todo, via questionário. A primeira-dama Gracinha Caiado entrou de corpo e

alma nisso e mais de 200 prefeituras já responderam esse questionário só em **Goiás**", afirmou.

Lissauer disse que o Governo federal foi quem mais se omitiu e negou a pandemia, desde o início. "Não podemos esquecer disso", afirmou. "O secretário de Saúde de **Goiás**, Ismael Alexandrino, esteve em contato com todos os laboratórios, inclusive com a distribuidora no Brasil da vacina indiana Covaxin, da Bharat Biotech. E essa distribuidora, a Precisa Medicamentos, afirma que não está negociando com governadores e prefeitos ou entidades privadas. Ou seja, toda prioridade é do Governo federal", disse.

Nesse sentido, Lissauer ressaltou que, enquanto a União não responder tudo, não vão liberar para estados e municípios comprarem as vacinas. "Podem ter certeza que o secretário Ismael Alexandrino tem feito um trabalho exemplar. Conhece a saúde pública e da mesma forma age o governador Ronaldo Caiado (DEM), sempre querendo salvar vidas. Não tenham dúvida que ele vai ser um dos primeiros governadores a comprar os imunizantes assim que houver disponibilidade", concluiu.

Instantes antes da manifestação do presidente o líder do Governo na **Alego**, deputado Bruno Peixoto (MDB), também tinha respondido aos parlamentares que entende a cobrança e "que essa pressa é de todos", mas que "não há disponibilidade imediata para nenhum governador ou prefeito".

Outros processos aprovados:

Em segunda fase de discussão e votação

Processo 2396/21 - Governadoria - Dispõe sobre a organização, as funções e a carreira específica da Controladoria-Geral do Estado, e também dos sistemas de Controle Interno, de Ouvidoria e de Correição.

Processo 2397/21 - Governadoria - Trata da criação do Colégio Estadual Divino Pai Eterno.

Processo nº 2399/21 - Governadoria - Altera a Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019, a qual estabelece a organização administrativa do Poder Executivo.

Processo 4408/21 - Deputado Gustavo Sebba - Garante que o receituário médico ou odontológico específico não perca a validade enquanto perdurarem as medidas de isolamento contra a covid-19.

Processo 4409/21 - Deputado Gustavo Sebba - Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus no âmbito do Estado de **Goiás**.

Processo 3414/ 21 - Deputado Talles Barreto e deputado Bruno Peixoto - Altera a lei n° 20.957, de 04 de janeiro de 2021, que dispõe sobre o Programa Universitário do Bem - Probem.

Em votação única

Processo 3578/21 - Governadoria - Deliberação sobre os convênios ICMS 59/20 e 108/20.

Em primeira fase de discussão e votação

Processo 4047/21 - **Tribunal de Contas do Estado** - Altera a lei estadual nº 15.122, de 04 de fevereiro de 2005.

Processo 4048/21 - **Tribunal de Contas do Estado** - Altera a lei n.º 16.168, de 11 de dezembro de 2007, cria as unidades ouvidoria e Escola Superior de Controle Externo - Escoex, na estrutura orgânica do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**.

Processo 3577/21 - Governadoria - Altera a lei nº 14.408, de 21 de janeiro de 2003, que dispõe sobre o ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias estaduais e rodovias federais delegadas ao Estado de **Goiás**.

Site: https://www.bombabomba.com.br/politica-go/assembleia-aprova-em-1a-fase-materias-da-convocacao-extra/

Assembleia aprova em 1ª fase matérias da convocação extraordinária

Em tarde de intensas discussões sobre a pandemia e a compra de vacinas contra a covid-19, os deputados estaduais, em sessão extraordinária remota, aprovaram nessa quinta-feira, 18, durante a apreciação da Ordem do Dia, 16 projetos de lei, sendo: cinco da Governadoria do Estado, em segunda fase de discussão e votação, três em primeira fase e um decreto legislativo em fase única; e ainda cinco processos de deputados estaduais, também em fase final de apreciação e mais dois do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), em primeira fase.

Dentre as matérias aprovadas em primeira votação, está a de nº 4367/21 , que autoriza o Governo a celebrar com a União contrato de confissão e refinanciamento de dívidas, sob o amparo da Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021. A proposta é de iniciativa da Secretaria de Estado da Economia e foi aprovada com 23 votos favoráveis.

Pelo texto do projeto, a pretensão autoriza a União a celebrar com os estados, no prazo de 90 dias, contados a partir de 14 de janeiro ou da data de homologação da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que ocorrer por último, contratos específicos, com prazo de 360 meses, para refinanciar os valores devidos em decorrência de decisões judiciais oriundas de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 2019.

Conforme destacado pela Secretaria de Estado da Economia, o refinanciamento além de possibilitar a regularização das dívidas, amplia o prazo dos contratos para 360 meses, com a taxa de 4% ao ano. "Dessa forma, suaviza os desembolsos mensais do Estado com o pagamento dessas obrigações", explica o ofício encaminhado pelo Governo do Estado. Como a matéria foi aprovada em primeira fase, ela precisa ser aprovada em mais uma etapa de votação do Plenário para que esteja apta a ser sancionada pelo governador Ronaldo Caiado (DEM).

O projeto protocolado sob nº 4232/21 , enviado pelo Governo de **Goiás**, que altera Lei nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, que trata do Produzir e Funproduzir, foi aprovado pelo Plenário também em primeira votação com um placar de 22 votos a 0. Mais cedo, outro projeto que trata do mesmo tema também foi aprovado em Plenário, o de nº 1870/21 .

De acordo com a Secretaria de Economia, a proposta tem finalidade proteger a indústria e o produtor goianos da concorrência de produtos estrangeiros. A proposta cria restrição do âmbito de incidência do benefício fiscal do Produzir quanto aos débitos de ICMS devidos na importação de matéria-prima, material secundário ou de acondicionamento, na situação em que tais itens também sejam produzidos em **Goiás**.

Entre os processos aprovados em segunda votação, está o projeto de nº 1868/21 . A matéria institui o Sistema de Artesanato de **Goiás** (SAG) e o Conselho do Artesanato de **Goiás** (Conart-Go), e cria o Selo do Artesanato de **Goiás**. O placar da votação foi de 24 votos a 0.

Os parlamentares também aprovaram a matéria de nº 3416/21 , de autoria do presidente do Legislativo goiano, deputado Lissauer Vieira (PSB). A votação, que foi realizada em segunda fase, teve o seguinte placar: 23 votos a 0. A propositura agora está apta a ser sancionada pelo governador Ronaldo Caiado.

A matéria propõe estadualizar o trecho rodoviário municipal que liga Acreúna à GO-333, com extensão de 22,05 quilômetros até Paraúna. A estadualização foi autorizada pelas Leis Municipais nº 1.655, de 19 de abril de 2013, do município de Acreúna, e nº 2.320, de 15 de outubro de 2020, do município de Paraúna. Até que se proceda a transferência de domínio do trecho de rodovia, ficam os respectivos municípios responsáveis por sua manutenção e conservação.

Por fim, foi aprovado, em segunda votação, por 26 votos a 0, o projeto de resolução da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa que denomina de "Palácio Maguito Vilela" a nova sede da **Alego**, em construção no

Park Lozandes, em **Goiânia**. A matéria se encontra protocolada sob o nº 3571/21.

A justificativa da proposta defende que se trata de uma justa e merecida homenagem a Luiz Alberto Maguito Vilela, "um grande líder e referência na política brasileira e goiana", que morreu no dia 13 de janeiro desse ano. Ele foi vereador, prefeito, governador, senador, deputado estadual e deputado federal. Maguito foi escolhido candidato pelo MDB e eleito prefeito de **Goiânia** no segundo turno da eleição, em 29 de novembro de 2020, com 52,6% dos votos válidos.

Discussões

Durante a apreciação da Ordem do Dia diversos deputados pediram a palavra para discutir as matérias em pauta, como é praxe, mas na tarde de hoje, o futuro do estado de **Goiás** em relação a pandemia e a vacinação contra covid-19, dominou os assuntos.

O deputado Henrique Arantes (MDB), por exemplo, defendeu que o Executivo utilize a estrutura da Iquego para produzir o imunizante, o que poderia ser viabilizado por meio de parcerias com instituições como a Universidade Federal de **Goiás**, e pela contratação de cientistas e profissionais gabaritados. "O Governo pode utilizar o dinheiro que liberamos para a compra de vacinas ou do Fundo de Pesquisas", disse.

Arantes afirmou também que não adianta culpar doentes vindos de Manaus para serem tratados em **Goiânia** por uma possível contaminação com a nova cepa do vírus surgida naquela cidade. "Neste momento temos de ver que tudo é integrado. Um eleitor meu de Mairopotaba me disse que um caminhoneiro da cidade está contaminado com a nova variante depois de ter ido a Manaus".

Na mesma esteira, a deputada Delegada Adriana Accorsi (PT) saiu em defesa do requerimento apresentado pelo colega de Parlamento, deputado Coronel Adailton (PP), que prevê vacinação prioritária aos profissionais da Segurança Pública. "Nossos colegas estão morrendo. O trabalho da Segurança é de contato. Portanto, temos que vacinar urgentemente esses trabalhadores", disse.

Aproveitou também para reforçar a necessidade da compra em massa de novas doses para que toda a população possa ser imunizada. "Todos os países empenharam esforços desde o início da pandemia para buscar vacinas", rememorou. E defendeu, ainda, o discurso de Talles Barreto (PSDB) no sentido do Estado buscar, através da Iquego, desenvolver suas próprias vacinas. "Creio que Estado de **Goiás** tenha total condição de desenvolver seus imunizantes. No entanto, reforço que é urgente a compra das vacinas que já temos no mercado".

"Ontem recebemos mais de 134 mil doses da vacina, mas isso é ínfimo. Estamos vendo todos os dias jovens e crianças morrendo, não há mais vagas nas UTIs. Minha fala é por toda a população de **Goiás**, que segue angustiada diante dessa situação", finalizou.

Por fim, a deputada aproveitou também para reiterar a necessidade da aprovação de uma proposta apresentada por ela durante a tarde de hoje. A matéria em questão cria um auxílio emergencial destinado exclusivamente aos pequenos empresários e empreendedores, como dono de Pit Dogs e de bancas em feiras livres, por exemplo.

Também preocupado com a progressão da pandemia, o deputado Tales Barreto (PSDB) Foi outro que reforçou que **Goiás** tem uma estrutura enorme e fantástica como a Iquego, referência no país como produtora do coquetel da AIDS, e que poderia, num futuro próximo, produzir vacina para o Estado e para o Brasil. "Porque o Governo não faz um estudo, não começa a fazer avanços em tecnologia e ciências no estado? Três universidades federais no País estão avançadas em relação à vacina. Porque não podemos trabalhar nesse sentido? Eu não entendo" disse Talles.

Resposta do presidente

Diante desses questionamentos o presidente do Legislativo goiano, deputado Lissauer Vieira (PSB), elencou algumas ações que o Governo estadual tem feito para comprar vacinas contra a covid-19. "Houve uma videoconferência com o grupo "Unidos pela Vacina", liderado pela empresária Luiza Trajano, que faz levantamento sobre isso no Brasil todo, via questionário. A primeira-dama Gracinha Caiado entrou de corpo e

alma nisso e mais de 200 prefeituras já responderam esse questionário só em **Goiás**", afirmou.

Lissauer disse que o Governo federal foi quem mais se omitiu e negou a pandemia, desde o início. "Não podemos esquecer disso", afirmou. "O secretário de Saúde de **Goiás**, Ismael Alexandrino, esteve em contato com todos os laboratórios, inclusive com a distribuidora no Brasil da vacina indiana Covaxin, da Bharat Biotech. E essa distribuidora, a Precisa Medicamentos, afirma que não está negociando com governadores e prefeitos ou entidades privadas. Ou seja, toda prioridade é do Governo federal", disse.

Nesse sentido, Lissauer ressaltou que, enquanto a União não responder tudo, não vão liberar para estados e municípios comprarem as vacinas. "Podem ter certeza que o secretário Ismael Alexandrino tem feito um trabalho exemplar. Conhece a saúde pública e da mesma forma age o governador Ronaldo Caiado (DEM), sempre querendo salvar vidas. Não tenham dúvida que ele vai ser um dos primeiros governadores a comprar os imunizantes assim que houver disponibilidade", concluiu.

Instantes antes da manifestação do presidente o líder do Governo na **Alego**, deputado Bruno Peixoto (MDB), também tinha respondido aos parlamentares que entende a cobrança e "que essa pressa é de todos", mas que "não há disponibilidade imediata para nenhum governador ou prefeito".

Outros processos aprovados:

Em segunda fase de discussão e votação

Processo 2396/21 - Governadoria - Dispõe sobre a organização, as funções e a carreira específica da Controladoria-Geral do Estado, e também dos sistemas de Controle Interno, de Ouvidoria e de Correição.

Processo 2397/21 - Governadoria - Trata da criação do Colégio Estadual Divino Pai Eterno.

Processo nº 2399/21 - Governadoria - Altera a Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019, a qual estabelece a organização administrativa do Poder Executivo.

Processo 4408/21 - Deputado Gustavo Sebba - Garante que o receituário médico ou odontológico específico não perca a validade enquanto perdurarem as medidas de isolamento contra a covid-19.

Processo 4409/21 - Deputado Gustavo Sebba - Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus no âmbito do Estado de **Goiás**.

Processo 3414/ 21 - Deputado Talles Barreto e deputado Bruno Peixoto - Altera a lei n° 20.957, de 04 de janeiro de 2021, que dispõe sobre o Programa Universitário do Bem - Probem.

Em votação única

Processo 3578/21 - Governadoria - Deliberação sobre os convênios ICMS 59/20 e 108/20.

Em primeira fase de discussão e votação

Processo 4047/21 - **Tribunal de Contas do Estado** - Altera a lei estadual nº 15.122, de 04 de fevereiro de 2005.

Processo 4048/21 - **Tribunal de Contas do Estado** - Altera a lei n.º 16.168, de 11 de dezembro de 2007, cria as unidades ouvidoria e Escola Superior de Controle Externo - Escoex, na estrutura orgânica do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**.

Processo 3577/21 - Governadoria - Altera a lei nº 14.408, de 21 de janeiro de 2003, que dispõe sobre o ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias estaduais e rodovias federais delegadas ao Estado de **Goiás**.

Site: https://www.bombabomba.com.br/politica-go/assembleia-aprova-em-1a-fase-materias-da-convocacao-extraordinaria/

"A Orquestra do Coração do Brasil": Caiado investe no setor cultural e libera R$ 1,1 milhão para Filarmônica de Goiás

De acordo com o cronograma de pagamento, os músicos têm acesso ao dinheiro após fornecerem a prestação de contas. Até o momento, os artistas receberam em fevereiro o pagamento referente ao mês de janeiro. O repasse está em dia.

A preocupação do Executivo com o setor cultural não é de agora. Em dezembro do ano passado, sob determinação do governador, foram recontratados, pelo prazo de seis meses, os 49 músicos da Orquestra Filarmônica de **Goiás** que haviam sido dispensados. A medida foi um projeto emergencial para resolver o impasse gerado com a exoneração dos profissionais, recomendada pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) em outubro.

Com a ação, o governo estadual garantiu os postos de trabalho dos artistas até que seja finalizado o processo para contratar uma organização social (OS) que realizará a gestão do corpo sinfônico.

A Orquestra também foi beneficiada com a ordem de pagamento, assinada por Caiado em fevereiro deste ano, no valor de R$ 2,561 milhões, oriundos do Fundo de Arte e Cultura do Estado de **Goiás** (Fundo Cultural), referente a débitos atrasados de 2018. Por meio do instituto que era responsável pelos músicos naquele ano, a Filarmônica recebeu R$ 1.247.449,10.

Site: http://www.jornalditoefeito.com.br/a-orquestra-do-coracao-do-brasil-caiado-investe-no-setor-cultural-e-libera-r-11-milhao-para-filarmonica-de-goias/

"A Orquestra do Coração do Brasil : Caiado investe no setor cultural e libera R$ 1,1 milhão para Filarmônica de Goiás

Goiânia (GO) - Considerada uma das três melhores orquestras do país, a Filarmônica de **Goiás** segue como prioridade para o Governo do Estado. Por meio da Secretaria de Cultura, o governador Ronaldo Caiado (DEM) liberou, em meados de março, R$ 1,1 milhão, que será distribuído em seis parcelas a serem pagas de janeiro até junho. A verba contemplará o projeto Filarmônica de **Goiás** - A Orquestra do Coração do Brasil - 41 anos tocando o coração das pessoas . De acordo com o cronograma de pagamento, os músicos têm acesso ao dinheiro após fornecerem a prestação de contas. Até o momento, os artistas receberam em fevereiro o pagamento referente ao mês de janeiro. O repasse está em dia. A preocupação do Executivo com o setor cultural não é de agora. Em dezembro do ano passado, sob determinação do governador, foram recontratados, pelo prazo de seis meses, os 49 músicos da Orquestra Filarmônica de **Goiás** que haviam sido dispensados. A medida foi um projeto emergencial para resolver o impasse gerado com a exoneração dos profissionais, recomendada pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) em outubro. Com a ação, o governo estadual garantiu os postos de trabalho dos artistas até que seja finalizado o processo para contratar uma organização social (OS) que realizará a gestão do corpo sinfônico. A Orquestra também foi beneficiada com a ordem de pagamento, assinada por Caiado em fevereiro deste ano, no valor de R$ 2,561 milhões, oriundos do Fundo de Arte e Cultura do Estado de **Goiás** (Fundo Cultural), referente a débitos atrasados de 2018. Por meio do instituto que era responsável pelos músicos naquele ano, a Filarmônica recebeu R$ 1.247.449,10.

Espaços Culturais

Preocupado com as consequências econômicas ocasionadas pela pandemia da Covid-19, Caiado também determinou o lançamento de edital de Chamamento para Dinamização de Espaços de Cultura do Fundo Cultural de **Goiás**. Ele autorizou a destinação de R$ 2 milhões da Lei Orçamentária Anual da Secult para apoiar locais privados ou municipais que promovam atividades culturais, bem como geração de renda aos trabalhadores da cultura. De acordo com o secretário interino da Secult, César Moura, os editais foram pensados a partir das diversas reuniões com representantes do segmento e visa ser mais uma via de apoio no enfrentamento à atual crise sanitária enfrentada em todo o mundo. "Com os espaços sem poder receber público, é preciso garantir a subsistência das famílias que dependem desses postos de trabalho", ressalta. A previsão é de que sejam mantidos 1.050 empregos diretos com esta ação do Governo de **Goiás**. As inscrições, que devem ser abertas ainda este mês, serão pela plataforma Mapa Goiano. A Secult fará a divulgação dos prazos e disponibilizará as demais informações em suas redes sociais, site institucional e por meio da imprensa.

Funcionamento

Serão destinados R$ 1,250 milhão para contemplar mais de 50 espaços como teatros, galerias de arte, cinemas, centros culturais, entidades culturais cineclubes e pontos de cultura privados (com ou sem fins lucrativos), ou públicos - ligados às prefeituras do interior goiano. Aos espaços públicos municipais, será reservada cota preferencial de 50%. A estimativa é de que pelo menos 600 empregos diretos serão beneficiados com os recursos; dentre eles, equipe de apoio às atividades artísticas. Os R$ 750 mil restantes serão aplicados em nove projetos que visem apoiar eventos e festivais culturais produzidos para a internet nas áreas do circo, dança, artes visuais, música, teatro, letras e cinema. A previsão é de que pelo menos 450 empregos diretos sejam contemplados com os recursos. Também haverá cota preferencial de 50% para projetos municipais, voltados ao fomento no interior goiano.

Site: http://www.poptvnews.com.br/cultura/a-orquestra-do-coracao-do-brasil-caiado-investe-no-setor-cultural-e-libera-r-11-milhao-para-filarmonica-de-goias

Caiado investe no setor cultural e libera R$ 1,1 milhão para Filarmônica de Goiás

[+] Ampliar Imagem

"A Orquestra do Coração do Brasil": Caiado investe no setor cultural e libera R$ 1,1 milhão para Filarmônica de **Goiás**

Para combater consequências econômicas advindas da pandemia, governador lança pacote de medidas e também autoriza R$ 2 milhões, por meio de edital, para apoiar locais privados ou municipais que promovam atividades culturais, bem como geração de renda aos trabalhadores da área. Previsão é de que sejam mantidos 1.050 empregos diretos com iniciativa

Considerada uma das três melhores orquestras do país, a Filarmônica de **Goiás** segue como prioridade para o Governo do Estado. Por meio da Secretaria de Cultura, o governador Ronaldo Caiado liberou, em meados de março, R$ 1,1 milhão, que será distribuído em seis parcelas a serem pagas de janeiro até junho. A verba contemplará o projeto Filarmônica de **Goiás** - A Orquestra do Coração do Brasil - 41 anos tocando o coração das pessoas .

De acordo com o cronograma de pagamento, os músicos têm acesso ao dinheiro após fornecerem a prestação de contas. Até o momento, os artistas receberam em fevereiro o pagamento referente ao mês de janeiro. O repasse está em dia.

A preocupação do Executivo com o setor cultural não é de agora. Em dezembro do ano passado, sob determinação do governador, foram recontratados, pelo prazo de seis meses, os 49 músicos da Orquestra Filarmônica de **Goiás** que haviam sido dispensados. A medida foi um projeto emergencial para resolver o impasse gerado com a exoneração dos profissionais, recomendada pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) em outubro.

Com a ação, o governo estadual garantiu os postos de trabalho dos artistas até que seja finalizado o processo para contratar uma organização social (OS) que realizará a gestão do corpo sinfônico.

A Orquestra também foi beneficiada com a ordem de pagamento, assinada por Caiado em fevereiro deste ano, no valor de R$ 2,561 milhões, oriundos do Fundo de Arte e Cultura do Estado de **Goiás** (Fundo Cultural), referente a débitos atrasados de 2018. Por meio do instituto que era responsável pelos músicos naquele ano, a Filarmônica recebeu R$ 1.247.449,10.

Espaços CulturaisPreocupado com as consequências econômicas ocasionadas pela pandemia da Covid-19, Caiado também determinou o lançamento de edital de Chamamento para Dinamização de Espaços de Cultura do Fundo Cultural de **Goiás**. Ele autorizou a destinação de R$ 2 milhões da Lei Orçamentária Anual da Secult para apoiar locais privados ou municipais que promovam atividades culturais, bem como geração de renda aos trabalhadores da cultura.

De acordo com o secretário interino da Secult, César Moura, os editais foram pensados a partir das diversas reuniões com representantes do segmento e visa ser mais uma via de apoio no enfrentamento à atual crise sanitária enfrentada em todo o mundo. "Com os espaços sem poder receber público, é preciso garantir a subsistência das famílias que dependem desses postos de trabalho", ressalta. A previsão é de que sejam mantidos 1.050 empregos diretos com esta ação do Governo de **Goiás**.

As inscrições, que devem ser abertas ainda este mês, serão pela plataforma Mapa Goiano. A Secult fará a divulgação dos prazos e disponibilizará as demais informações em suas redes sociais, site institucional e por meio da imprensa. FuncionamentoSerão destinados R$ 1,250 milhão para contemplar mais de 50 espaços como teatros, galerias de arte, cinemas, centros culturais, entidades culturais cineclubes e pontos de cultura

privados (com ou sem fins lucrativos), ou públicos - ligados às prefeituras do interior goiano. Aos espaços públicos municipais, será reservada cota preferencial de 50%. A estimativa é de que pelo menos 600 empregos diretos serão beneficiados com os recursos; dentre eles, equipe de apoio às atividades artísticas.

Os R$ 750 mil restantes serão aplicados em nove projetos que visem apoiar eventos e festivais culturais produzidos para a internet nas áreas do circo, dança, artes visuais, música, teatro, letras e cinema. A previsão é de que pelo menos 450 empregos diretos sejam contemplados com os recursos. Também haverá cota preferencial de 50% para projetos municipais, voltados ao fomento no interior goiano.

Fotos: Lucas Diener

Site: http://www.caldasnet.com.br/noticias/2021/03/18/caiado-investe-no-setor-cultural-e-libera-r-1-1-milhao-para-filarmonica-de-goias

"A Orquestra do Coração do Brasil": Caiado investe no setor cultural e libera R$ 1,1 milhão para Filarmônica de Goiás

Josiel Ferreira

Para combater consequências econômicas advindas da pandemia, governador lança pacote de medidas e também autoriza R$ 2 milhões, por meio de edital, para apoiar locais privados ou municipais que promovam atividades culturais, bem como geração de renda aos trabalhadores da área. Previsão é de que sejam mantidos 1.050 empregos diretos com iniciativa

Considerada uma das três melhores orquestras do país, a Filarmônica de **Goiás** segue como prioridade para o Governo do Estado. Por meio da Secretaria de Cultura, o governador Ronaldo Caiado liberou, em meados de março, R$ 1,1 milhão, que será distribuído em seis parcelas a serem pagas de janeiro até junho. A verba contemplará o projeto "Filarmônica de **Goiás** - A Orquestra do Coração do Brasil - 41 anos tocando o coração das pessoas".

De acordo com o cronograma de pagamento, os músicos têm acesso ao dinheiro após fornecerem a prestação de contas. Até o momento, os artistas receberam em fevereiro o pagamento referente ao mês de janeiro. O repasse está em dia.

A preocupação do Executivo com o setor cultural não é de agora. Em dezembro do ano passado, sob determinação do governador, foram recontratados, pelo prazo de seis meses, os 49 músicos da Orquestra Filarmônica de **Goiás** que haviam sido dispensados. A medida foi um projeto emergencial para resolver o impasse gerado com a exoneração dos profissionais, recomendada pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) em outubro.

Com a ação, o governo estadual garantiu os postos de trabalho dos artistas até que seja finalizado o processo para contratar uma organização social (OS) que realizará a gestão do corpo sinfônico.

A Orquestra também foi beneficiada com a ordem de pagamento, assinada por Caiado em fevereiro deste ano, no valor de R$ 2,561 milhões, oriundos do Fundo de Arte e Cultura do Estado de **Goiás** (Fundo Cultural), referente a débitos atrasados de 2018. Por meio do instituto que era responsável pelos músicos naquele ano, a Filarmônica recebeu R$ 1.247.449,10.

Espaços Culturais

Preocupado com as consequências econômicas ocasionadas pela pandemia da Covid-19, Caiado também determinou o lançamento de edital de Chamamento para Dinamização de Espaços de Cultura do Fundo Cultural de **Goiás**. Ele autorizou a destinação de R$ 2 milhões da Lei Orçamentária Anual da Secult para apoiar locais privados ou municipais que promovam atividades culturais, bem como geração de renda aos trabalhadores da cultura.

De acordo com o secretário interino da Secult, César Moura, os editais foram pensados a partir das diversas reuniões com representantes do segmento e visa ser mais uma via de apoio no enfrentamento à atual crise sanitária enfrentada em todo o mundo. "Com os espaços sem poder receber público, é preciso garantir a subsistência das famílias que dependem desses postos de trabalho", ressalta. A previsão é de que sejam mantidos 1.050 empregos diretos com esta ação do Governo de **Goiás**.

As inscrições, que devem ser abertas ainda este mês, serão pela plataforma Mapa Goiano. A Secult fará a divulgação dos prazos e disponibilizará as demais informações em suas redes sociais, site institucional e por

meio da imprensa.

Funcionamento

Serão destinados R$ 1,250 milhão para contemplar mais de 50 espaços como teatros, galerias de arte, cinemas, centros culturais, entidades culturais cineclubes e pontos de cultura privados (com ou sem fins lucrativos), ou públicos - ligados às prefeituras do interior goiano. Aos espaços públicos municipais, será reservada cota preferencial de 50%. A estimativa é de que pelo menos 600 empregos diretos serão beneficiados com os recursos; dentre eles, equipe de apoio às atividades artísticas.

Os R$ 750 mil restantes serão aplicados em nove projetos que visem apoiar eventos e festivais culturais produzidos para a internet nas áreas do circo, dança, artes visuais, música, teatro, letras e cinema. A previsão é de que pelo menos 450 empregos diretos sejam contemplados com os recursos. Também haverá cota preferencial de 50% para projetos municipais, voltados ao fomento no interior goiano.

Fotos: Lucas Diener

Site: https://www.tudooknoticias.com.br/noticias/mundo/a-orquestra-do-coracao-do-brasil-caiado-investe-no-setor-cultural-e-libera-r-11-milhao-para-filarmonica-de-goias/

"A Orquestra do Coração do Brasil": Caiado investe no setor cultural e libera R$ 1,1 milhão para Filarmônica de Goiás

Por DF Mobilidade

Para combater consequências econômicas advindas da pandemia, governador lança pacote de medidas e também autoriza R$ 2 milhões, por meio de edital, para apoiar locais privados ou municipais que promovam atividades culturais, bem como geração de renda aos trabalhadores da área. Previsão é de que sejam mantidos 1.050 empregos diretos com iniciativa

Considerada uma das três melhores orquestras do país, a Filarmônica de **Goiás** segue como prioridade para o Governo do Estado. Por meio da Secretaria de Cultura, o governador Ronaldo Caiado liberou, em meados de março, R$ 1,1 milhão, que será distribuído em seis parcelas a serem pagas de janeiro até junho. A verba contemplará o projeto "Filarmônica de **Goiás** - A Orquestra do Coração do Brasil - 41 anos tocando o coração das pessoas".

De acordo com o cronograma de pagamento, os músicos têm acesso ao dinheiro após fornecerem a prestação de contas. Até o momento, os artistas receberam em fevereiro o pagamento referente ao mês de janeiro. O repasse está em dia.

A preocupação do Executivo com o setor cultural não é de agora. Em dezembro do ano passado, sob determinação do governador, foram recontratados, pelo prazo de seis meses, os 49 músicos da Orquestra Filarmônica de **Goiás** que haviam sido dispensados. A medida foi um projeto emergencial para resolver o impasse gerado com a exoneração dos profissionais, recomendada pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) em outubro.

Com a ação, o governo estadual garantiu os postos de trabalho dos artistas até que seja finalizado o processo para contratar uma organização social (OS) que realizará a gestão do corpo sinfônico.

A Orquestra também foi beneficiada com a ordem de pagamento, assinada por Caiado em fevereiro deste ano, no valor de R$ 2,561 milhões, oriundos do Fundo de Arte e Cultura do Estado de **Goiás** (Fundo Cultural), referente a débitos atrasados de 2018. Por meio do instituto que era responsável pelos músicos naquele ano, a Filarmônica recebeu R$ 1.247.449,10.

Espaços Culturais

Preocupado com as consequências econômicas ocasionadas pela pandemia da Covid-19, Caiado também determinou o lançamento de edital de Chamamento para Dinamização de Espaços de Cultura do Fundo Cultural de **Goiás**. Ele autorizou a destinação de R$ 2 milhões da Lei Orçamentária Anual da Secult para apoiar locais privados ou municipais que promovam atividades culturais, bem como geração de renda aos trabalhadores da cultura.

De acordo com o secretário interino da Secult, César Moura, os editais foram pensados a partir das diversas reuniões com representantes do segmento e visa ser mais uma via de apoio no enfrentamento à atual crise sanitária enfrentada em todo o mundo. "Com os espaços sem poder receber público, é preciso garantir a subsistência das famílias que dependem desses postos de trabalho", ressalta. A previsão é de que sejam mantidos 1.050 empregos diretos com esta ação do Governo de **Goiás**.

As inscrições, que devem ser abertas ainda este mês, serão pela plataforma Mapa Goiano. A Secult fará a divulgação dos prazos e disponibilizará as demais informações em suas redes sociais, site institucional e por

meio da imprensa.

Funcionamento

Serão destinados R$ 1,250 milhão para contemplar mais de 50 espaços como teatros, galerias de arte, cinemas, centros culturais, entidades culturais cineclubes e pontos de cultura privados (com ou sem fins lucrativos), ou públicos - ligados às prefeituras do interior goiano. Aos espaços públicos municipais, será reservada cota preferencial de 50%. A estimativa é de que pelo menos 600 empregos diretos serão beneficiados com os recursos; dentre eles, equipe de apoio às atividades artísticas.

Os R$ 750 mil restantes serão aplicados em nove projetos que visem apoiar eventos e festivais culturais produzidos para a internet nas áreas do circo, dança, artes visuais, música, teatro, letras e cinema. A previsão é de que pelo menos 450 empregos diretos sejam contemplados com os recursos. Também haverá cota preferencial de 50% para projetos municipais, voltados ao fomento no interior goiano.

Fotos: Lucas Diener

Legenda: Governador Ronaldo Caiado e primeira-dama Gracinha Caiado, durante apresentação da Orquestra Filarmônica de **Goiás**, na capital, antes da pandemia de Covid-19: medidas anunciadas visam auxiliar setor durante fase crítica da crise sanitária

Legenda: Além de destinar mais de R$ 1 milhão para Orquestra Filarmônica, governador autoriza edital, no valor de R$ 2 milhões, para apoiar espaços culturais no Estado. Na foto, apresentação dos músicos antes da chegada do novo coronavírus

Site: https://www.dfmobilidade.com.br/brasil/a-orquestra-do-coracao-do-brasil-caiado-investe-no-setor-cultural-e-libera-r-11-milhao-para-filarmonica-de-goias/

A Orquestra do Coração do Brasil": Caiado investe no setor cultural e libera R$ 1,1 milhão para Filarmônica de Goiás

Para combater consequências econômicas advindas da pandemia, governador lança pacote de medidas e também autoriza R$ 2 milhões, por meio de edital, para apoiar locais privados ou municipais que promovam atividades culturais, bem como geração de renda aos trabalhadores da área. Previsão é de que sejam mantidos 1.050 empregos diretos com iniciativa

Considerada uma das três melhores orquestras do país, a Filarmônica de **Goiás** segue como prioridade para o Governo do Estado.

Por meio da Secretaria de Cultura, o governador Ronaldo Caiado liberou, em meados de março, R$ 1,1 milhão, que será distribuído em seis parcelas a serem pagas de janeiro até junho. A verba contemplará o projeto Filarmônica de **Goiás** - A Orquestra do Coração do Brasil - 41 anos tocando o coração das pessoas .

De acordo com o cronograma de pagamento, os músicos têm acesso ao dinheiro após fornecerem a prestação de contas. Até o momento, os artistas receberam em fevereiro o pagamento referente ao mês de janeiro. O repasse está em dia.

A preocupação do Executivo com o setor cultural não é de agora. Em dezembro do ano passado, sob determinação do governador, foram recontratados, pelo prazo de seis meses, os 49 músicos da Orquestra Filarmônica de **Goiás** que haviam sido dispensados. A medida foi um projeto emergencial para resolver o impasse gerado com a exoneração dos profissionais, recomendada pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) em outubro.

Com a ação, o governo estadual garantiu os postos de trabalho dos artistas até que seja finalizado o processo para contratar uma organização social (OS) que realizará a gestão do corpo sinfônico.

A Orquestra também foi beneficiada com a ordem de pagamento, assinada por Caiado em fevereiro deste ano, no valor de R$ 2,561 milhões, oriundos do Fundo de Arte e Cultura do Estado de **Goiás** (Fundo Cultural), referente a débitos atrasados de 2018. Por meio do instituto que era responsável pelos músicos naquele ano, a Filarmônica recebeu R$ 1.247.449,10.

Espaços Culturais

Preocupado com as consequências econômicas ocasionadas pela pandemia da Covid-19, Caiado também determinou o lançamento de edital de Chamamento para Dinamização de Espaços de Cultura do Fundo Cultural de **Goiás**. Ele autorizou a destinação de R$ 2 milhões da Lei Orçamentária Anual da Secult para apoiar locais privados ou municipais que promovam atividades culturais, bem como geração de renda aos trabalhadores da cultura.

De acordo com o secretário interino da Secult, César Moura, os editais foram pensados a partir das diversas reuniões com representantes do segmento e visa ser mais uma via de apoio no enfrentamento à atual crise sanitária enfrentada em todo o mundo. "Com os espaços sem poder receber público, é preciso garantir a subsistência das famílias que dependem desses postos de trabalho", ressalta. A previsão é de que sejam mantidos 1.050 empregos diretos com esta ação do Governo de **Goiás**.

As inscrições, que devem ser abertas ainda este mês, serão pela plataforma Mapa Goiano.

A Secult fará a divulgação dos prazos e disponibilizará as demais informações em suas redes sociais, site

institucional e por meio da imprensa.

Funcionamento

Serão destinados R$ 1,250 milhão para contemplar mais de 50 espaços como teatros, galerias de arte, cinemas, centros culturais, entidades culturais cineclubes e pontos de cultura privados (com ou sem fins lucrativos), ou públicos - ligados às prefeituras do interior goiano.

Aos espaços públicos municipais, será reservada cota preferencial de 50%. A estimativa é de que pelo menos 600 empregos diretos serão beneficiados com os recursos; dentre eles, equipe de apoio às atividades artísticas.

Os R$ 750 mil restantes serão aplicados em nove projetos que visem apoiar eventos e festivais culturais produzidos para a internet nas áreas do circo, dança, artes visuais, música, teatro, letras e cinema.

A previsão é de que pelo menos 450 empregos diretos sejam contemplados com os recursos. Também haverá cota preferencial de 50% para projetos municipais, voltados ao fomento no interior goiano.

Fotos: Lucas Diener

Site: https://www.dinomarmiranda.com/2021/03/a-orquestra-do-coracao-do-brasil-caiado.html

MP pede bloqueio de R$ 57 milhões de ex-gestores da Agetop por irregularidades em obra de rodovia

Antônio Carlos

O Ministério Público de **Goiás** (MP-GO), por intermédio da 50ª e da 20ª Promotorias de Justiça de **Goiânia**, ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa, com pedido de ressarcimento ao erário e declaratória de nulidade de ato jurídico, em razão de irregularidades detectadas na gestão da antiga Agência Goiana de Transporte Obras Públicas (Agetop) - atual Goinfra.

Foram acionados o ex-presidente da Agetop Jayme Eduardo Rincon; os servidores Antônio Wilson Porto, Arnaldo de Barros Moreira da Silva e Íris Bento Tavares; o empresário Carlos Eduardo Pereira da Costa e a Terra Forte Construtora Ltda.

(em recuperação judicial, por irregularidades na obra de asfaltamento da GO-230 - entroncamento da GO-517, entre Água Fria de **Goiás** e Mimoso de **Goiás**.

Na ação, é pedida a decretação da indisponibilidade de bens e valores dos requeridos, solidariamente, de R$ 57.456.947,12 - R$ 28.728.473,56, a título de dano ao erário e o mesmo valor de multa civil. De acordo com o requerimento do MP-GO, a indisponibilidade deve se dar em contas bancárias, aplicações financeiras, bem como bens imóveis e veículos.

As promotoras de Justiça Leila Maria de Oliveira e Carmem Lúcia Santana de Freitas explicam que, em 28 de junho de 2013, a Agetop celebrou contrato com a Terra Forte para execução de obras de terraplanagem e de pavimentação asfáltica da GO-230, no valor de R$ 56.965.464,29. As obras foram iniciadas em julho de 2013. Foram geradas 34 medições, 5 ordens de paralisação, 4 aditivos de prazo, 5 reajustes e 2 aditivos de supressão ou acréscimo de serviços.

Em abril de 2016, foi solicitado o 2º Termo Aditivo, para alterações na geometria do traçado, quantitativo de terraplanagem, pavimentação, drenagem e obras de arte complementares e especiais, no valor de R$ 13.090.225,43, acréscimo aproximado de 23,27% do contrato. No entanto, a Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), em inspeções e diligências, identificou inconformidades no projeto com a planilha orçamentária e medições. O relatório conclusivo da **CGE**, afirmam as promotoras de Justiça, apontou a necessidade de comprovação da vantajosidade da alteração do projeto original. O Pleno do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), em sessão de 20 de novembro de 2019, acatou o posicionamento de sua unidade técnica, de modo que, comprovados os indícios de irregularidades, determinou a instauração de tomada de contas especial.

Rescisão

Outra irregularidade apontada pelas promotoras de Justiça na ação diz respeito à rescisão do contrato com a Terra Forte, em 2017, em razão de estar em recuperação judicial, com incapacidade para executar a obra contratada. A segunda colocada foi consultada sobre a possibilidade de assumir a obra, mas declinou, com a terceira colocada se dispondo a executar os serviços. No entanto, em 2018, Jayme Rincon, após parecer da área jurídica da Agetop, anulou a rescisão contratual a pedido da empresa.

"O encadeamento dos fatos, sobretudo em vista dos pronunciamentos efetuados pela **CGE** quanto às diversas irregularidades verificadas na obra até aquele momento, deixa claro que os ex-gestores da antiga Agetop, junto à empresa Terra Forte Construtora, uniram-se, com consciência e vontade, para que esta retomasse a execução contratual e, assim, pudessem seguir perpetrando atos ímprobos", sustentam as promotoras de Justiça na ação. Segundo elas, as alterações no projeto original, somadas às outras alterações

promovidas até a terceira readequação do projeto, alcançaram 88,60% de impacto financeiro no contrato.

Má execução

Conforme as integrantes do MP, foram realizadas tantas modificações na terraplanagem, pavimentação, drenagem, mudança de traçado, uso de material de 2ª e 3ª categoria, acréscimo de 3ª faixa, inclusão de acesso ao Distrito de Mato Seco, que o projeto original se viu descaracterizado, com emprego de material de segunda e terceira categorias, bem como pela má execução da obra. "Resta claro o superfaturamento da obra, porque, com o uso de material inferior, a empresa aumenta seu lucro. Pelo fato de não empregar todas as técnicas e camadas de asfalto, cascalho suficiente, imprimação correta, ou seja, com a má execução da obra, a empresa também aumenta seu lucro", apontam.

As promotoras de Justiça afirmam que Antônio Wilson Porto, Arnaldo de Barros Moreira da Silva, Íris Bento Tavares e Jayme Eduardo Rincon e a Terra Forte Ltda, representada legalmente por Carlos Eduardo Pereira da Costa, ao confeccionarem ilegalmente o 2º e o 3º Termos Aditivos ao contrato, "desvirtuaram o rito e descaracterizaram o projeto original e aumentaram o valor do contrato em 88.6%". Além disso, explicam, aumentaram o lucro da empresa, causando enriquecimento ilícito, ao utilizarem na execução da obra materiais de segunda e terceira categorias e ao não a executarem de forma adequada, bem como causaram prejuízo aos cofres públicos e à sociedade, que ficou sem as obras necessárias na rodovia.

Fonte: MPGO

Site: https://www.blogantoniocarlos.com/2021/03/mp-pede-bloqueio-de-r-57-milhoes-de-ex.html

"A Orquestra do Coração do Brasil": Caiado investe no setor cultural e libera R$ 1,1 milhão para Filarmônica de Goiás

Antônio Carlos

Para combater consequências econômicas advindas da pandemia, governador lança pacote de medidas e também autoriza R$ 2 milhões, por meio de edital, para apoiar locais privados ou municipais que promovam atividades culturais, bem como geração de renda aos trabalhadores da área. Previsão é de que sejam mantidos 1.050 empregos diretos com iniciativa

Considerada uma das três melhores orquestras do país, a Filarmônica de **Goiás** segue como prioridade para o Governo do Estado. Por meio da Secretaria de Cultura, o governador Ronaldo Caiado liberou, em meados de março, R$ 1,1 milhão, que será distribuído em seis parcelas a serem pagas de janeiro até junho. A verba contemplará o projeto Filarmônica de **Goiás** - A Orquestra do Coração do Brasil - 41 anos tocando o coração das pessoas .

De acordo com o cronograma de pagamento, os músicos têm acesso ao dinheiro após fornecerem a prestação de contas. Até o momento, os artistas receberam em fevereiro o pagamento referente ao mês de janeiro. O repasse está em dia.

A preocupação do Executivo com o setor cultural não é de agora. Em dezembro do ano passado, sob determinação do governador, foram recontratados, pelo prazo de seis meses, os 49 músicos da Orquestra Filarmônica de **Goiás** que haviam sido dispensados. A medida foi um projeto emergencial para resolver o impasse gerado com a exoneração dos profissionais, recomendada pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) em outubro.

Com a ação, o governo estadual garantiu os postos de trabalho dos artistas até que seja finalizado o processo para contratar uma organização social (OS) que realizará a gestão do corpo sinfônico.

A Orquestra também foi beneficiada com a ordem de pagamento, assinada por Caiado em fevereiro deste ano, no valor de R$ 2,561 milhões, oriundos do Fundo de Arte e Cultura do Estado de **Goiás** (Fundo Cultural), referente a débitos atrasados de 2018. Por meio do instituto que era responsável pelos músicos naquele ano, a Filarmônica recebeu R$ 1.247.449,10.

Espaços Culturais

Preocupado com as consequências econômicas ocasionadas pela pandemia da Covid-19, Caiado também determinou o lançamento de edital de Chamamento para Dinamização de Espaços de Cultura do Fundo Cultural de **Goiás**. Ele autorizou a destinação de R$ 2 milhões da Lei Orçamentária Anual da Secult para apoiar locais privados ou municipais que promovam atividades culturais, bem como geração de renda aos trabalhadores da cultura.

De acordo com o secretário interino da Secult, César Moura, os editais foram pensados a partir das diversas reuniões com representantes do segmento e visa ser mais uma via de apoio no enfrentamento à atual crise sanitária enfrentada em todo o mundo. "Com os espaços sem poder receber público, é preciso garantir a subsistência das famílias que dependem desses postos de trabalho", ressalta. A previsão é de que sejam mantidos 1.050 empregos diretos com esta ação do Governo de **Goiás**.

As inscrições, que devem ser abertas ainda este mês, serão pela plataforma Mapa Goiano. A Secult fará a divulgação dos prazos e disponibilizará as demais informações em suas redes sociais, site institucional e por

meio da imprensa.

Funcionamento

Serão destinados R$ 1,250 milhão para contemplar mais de 50 espaços como teatros, galerias de arte, cinemas, centros culturais, entidades culturais cineclubes e pontos de cultura privados (com ou sem fins lucrativos), ou públicos - ligados às prefeituras do interior goiano. Aos espaços públicos municipais, será reservada cota preferencial de 50%. A estimativa é de que pelo menos 600 empregos diretos serão beneficiados com os recursos; dentre eles, equipe de apoio às atividades artísticas.

Os R$ 750 mil restantes serão aplicados em nove projetos que visem apoiar eventos e festivais culturais produzidos para a internet nas áreas do circo, dança, artes visuais, música, teatro, letras e cinema. A previsão é de que pelo menos 450 empregos diretos sejam contemplados com os recursos. Também haverá cota preferencial de 50% para projetos municipais, voltados ao fomento no interior goiano.

Fotos: Lucas Diener

Site: https://www.blogantoniocarlos.com/2021/03/a-orquestra-do-coracao-do-brasil-caiado.html